



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

11557 - Resumo Expandido - Trabalho - XVI Reunião da Anped Centro-Oeste (2022)

ISSN: 2595-7945

GT 02 - História da Educação

O SENTIDO DA FORMAÇÃO DO PEDAGOGO ENTRE OS ANOS DE 1980 E 1993

Talita Bordignon - UFG - Universidade Federal de Goiás

Denise Silva Araújo - UFG - Universidade Federal de Goiás

Simone de Magalhães Vieira Barcelos - UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS

### 1. Nota introdutória

Embora os economistas estejam empenhados em definir os anos de 1980 como “década perdida”, é certo que este decênio não poderia ser interpretado dessa forma quando analisamos a efervescência dos debates sobre a educação (SAVIANI, 2006). Para tanto, o ponto de partida que nos leva a refletir o contexto e os motivos que nos movem a problematizá-lo não poderiam desconsiderar os seus progressos.

A herança dos Anos de Chumbo (1964-1985) determinou, em grande parte, o modo como a sociedade se apresentou organizada nas décadas subsequentes. Ou seja, se durante o regime civil-militar o capitalismo brasileiro apresentou-se entreguista e assentou o Brasil à condição de periferia do sistema (BIELSCHOWSKY, 2000), o desenvolvimento histórico imediato da sociedade brasileira acabou por perseguir a necessidade de se adaptar à sociedade de mercado.

Significa dizer que o projeto de sociedade que se delineia a partir desse período persegue o objetivo de manter a estratificação social como forma de atender às necessidades de desenvolvimento do capitalismo a nível internacional. A educação, portanto, se coloca a serviço da perpetuação da sociedade de classes e assume a tarefa de contribuir para a elevação da produtividade como forma de ampliar a acumulação de capital. A abordagem epistemológica que alimenta este estado de coisas é a da pedagogia tecnicista (SAVIANI, 2006, p. 379).

Em síntese, o tecnicismo aplicado à educação valia-se dos mesmos pressupostos da

divisão social do trabalho, processo que decorre da Revolução Industrial inglesa no século XVIII. Visando alcançar melhorias na produção, os trabalhadores passaram a ser dispostos em grupos que, por sua vez, se aprimoraram em tarefas específicas. Em larga escala, este processo limitou a autonomia do trabalhador, submeteu a capacidade intelectual dos indivíduos ao processo produtivo e subtraiu dos operários a competência em compreender o processo de produção como um todo.

Considerando o contexto que ora se apresenta, a opção, portanto, foi por interpretar a realidade de forma a considerar os princípios da racionalidade, eficiência e produtividade. Não por acaso, a Reforma Universitária de 1968, no texto da Lei nº 5.540/1968 e levada adiante por Valnir Chagas, preconiza essa tendência produtivista ao apresentar o modo como deveriam se organizar as universidades e os cursos oferecidos por ela.

Em decorrência da reforma e para se adequar a ela, os cursos de pedagogia perseguiram o produtivismo: no ano seguinte, o Parecer CFE 252/1969 instituiu as habilitações técnicas na formação do pedagogo, seguindo na direção da racionalidade e na divisão social do trabalho. Na prática, o texto operou a fragmentação de tarefas no curso de Pedagogia e isolou a formação de professores diante do preparo de especialistas em educação, já que foram introduzidas as habilitações em Orientação Educacional, Supervisão Escolar, Administração Escolar e Inspeção Escolar (SCHEIBE, DURLI, 2011).

Ora, se tomamos como problemática a decisão por oferecer o curso de Pedagogia por meio das especializações, é nosso objetivo retomar o debate educacional da década de 1980 para compreender as proposições dela advindas no campo educacional.

Como é tímida a produção científica sobre a efetiva participação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás (FE-UFG) no contexto dos embates que constituíram a educação superior neste período, parece-nos importante registrar essa historicidade e a forma como ela se constituiu, trazendo à luz duas questões centrais: seu contexto subjacente e os desdobramentos do trabalho docente realizado em âmbito local.

Numa perspectiva qualitativa e tendo como referência o método dialético, nos propomos a investigar as contradições e antagonismos que caracterizaram a movimentação no campo da Educação inscrita neste período (1980-1993). A perspectiva teórico-analítica persegue, principalmente, a crítica à racionalização da vida e do trabalho que orientou os debates e embates em torno da formação de professores e especialistas no curso de Pedagogia. É fundamental captar a atuação dos intelectuais orgânicos que agiram em favor de uma educação voltada para o atendimento dos interesses da classe que vive do trabalho, indo na direção contrária à proposta de formação preconizada pelo tecnicismo. Ora, na direção das proposições de Gramsci, os intelectuais goianos agiram de forma orgânica a fim de obter o consenso com vistas a garantir a hegemonia da classe que representavam (GRAMSCI, 2000, v. 3, p. 96).

## 2. Desenvolvimento

Ao passo em que se apresentaram as possibilidades de abertura democrática a partir do início da década de 1980, o campo da educação se movimentou em favor da reflexão sobre a formação que se estava a oferecer e sobre as oportunidades que se apresentaram diante de uma sociedade que se reconfigurava. O início desta década, portanto, se mostrou frutífero diante da euforia que caracterizava os debates educacionais (SAVIANI, 2006, p. 400).

Considerando-se esta efervescência, faz-se necessário analisar os desdobramentos do *III Encontro Nacional de Supervisores de Educação*, evento que marcou a posição de repensar o escopo formativo da Licenciatura em Pedagogia. Com mil e trezentos inscritos, o encontro aconteceu em Goiânia, no Clube Antônio Ferreira Pacheco, no dia 23 de outubro de 1980. As atividades ocorreram sob a coordenação e responsabilidade da Associação dos Supervisores Escolares do Estado de Goiás (ASSUEGO), presidida à época, pela Prof.<sup>a</sup> Martha Guanaes Nogueira. Na ocasião, a educação foi discutida de forma privilegiada, pensando-se em sua totalidade e em todos os aspectos que a compõem. Em janeiro de 1982, os textos de alguns desses autores foram publicados no livro “*O educador: vida e morte*”, organizado por Carlos Rodrigues Brandão (BRANDÃO, 1982) – título que se constitui como a principal fonte primária desta pesquisa.

Em contraposição à concepção pragmática de educação que fundamentava a organização do Curso de Pedagogia e da profissão do pedagogo fragmentada em habilitações, os intelectuais goianos entenderam que o pedagogo deveria ser, antes de tudo, um docente formado para compreender e atuar em sala de aula, não apenas como executor do que especialistas pensaram por ele. A docência, nessa perspectiva, envolve, então, o planejamento e a avaliação dos conteúdos escolares, mas também a coordenação da escola e a sua administração, o que implica no domínio dos conhecimentos relativos ao currículo e à avaliação. O pedagogo formado a partir dessa orientação político-epistemológica deveria compreender quem é a criança, o adolescente e o adulto – sujeitos do processo educativo –, a sua história conceitual, bem como a constituição da sociedade e suas exigências no plano da formação, consubstanciadas nas políticas educacionais. Enfim, compreenderia a educação em sua complexidade. Trata-se de alguém que, antes de ser um gestor, é primeiramente um professor e um intelectual capaz de pensar criticamente acerca da educação como prática social e nela atuar de forma reflexiva e coerente.

Ora, diante da conjuntura que se colocava na década de 1980, vemos a necessidade de examinar seu contexto educacional, enfatizando os debates que ocorreram para se repensar o curso de Pedagogia, projetando as discussões locais em âmbito nacional. Sendo assim, o recorte temporal perpassa o ano de 1980 – tido como ponto de partida para as críticas ao parcelamento das atividades do pedagogo ocorridas doravante à realização do *III Encontro de Supervisores* –, e vai até 1993, por ocasião das discussões sobre a regulamentação da profissão. O passado a ser revisitado é o da Educação Superior no Brasil e, em particular, no estado de Goiás – principalmente no que se refere às mudanças na concepção do curso de

Pedagogia, inscritas na Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás.

Estas questões perpassam a natureza e os fins da universidade, a atuação dos docentes enquanto sujeitos históricos e intelectuais orgânicos atuantes politicamente em âmbito local e nacional, as contradições e antagonismos inerentes ao desenvolvimento capitalista, os objetivos do projeto político que se pretendia ver inscrito na sociedade, bem como os debates e a luta pela efetiva abertura democrática na sociedade brasileira.

Se este é o sentido da universidade que adotamos, em contraposição a que temos diante de nós – mais preocupada com o operacional, com o instituído, com o ritual burocrático, fazendo-a técnica a serviço da profissionalização conforme as exigências postas pela sociedade capitalista e pelo mercado –, então ela só faz sentido se estiver fundada na autonomia. Esta foi a compreensão que orientou as mudanças propostas pela Faculdade de Educação da UFG em 1980, especialmente no momento em que esta unidade acadêmica propôs o rompimento com as habilitações do então Curso de Pedagogia e defendeu a docência como a sua base definidora.

### 3. Conclusões

No início da década de 1980, contexto de luta pela redemocratização do país, na busca por superar a divisão taylorista do trabalho e por democratizar a gestão e a organização do trabalho na escola, o papel dos técnicos em educação passou a ser questionado. O curso de Pedagogia formava supervisores, administradores escolares e orientadores educacionais que, muitas vezes, nunca haviam atuado como professores e tinham a tarefa de controlar o trabalho docente.

A atuação dos intelectuais que participaram do *III Encontro de Supervisores*, em 1980, perseguiu a prerrogativa de questionar a base ideológica que se viu instaurada na totalidade do tecido social. Em outras palavras, foram eles que se manifestaram na direção de superar a especialização de tarefas imposta pelo tecnicismo. Se, por este processo havia a intenção de que uma classe dominasse outra, estes intelectuais foram os responsáveis por indagá-lo. Ou seja, a tentativa de dominar a produção da base material encontrou dificuldades no momento em que a superestrutura se viu questionada pelo modo como se formam os quadros que a sustentam – no caso da formação de professores.

Os debates que foram apresentados por ocasião do *Encontro* protagonizaram a organização da intelectualidade local – projetada em âmbito nacional por meio das entidades criadas em favor da defesa da educação pública – de forma que os cursos de Pedagogia não mais fossem oferecidos por meio das especializações no início da década de 1990, quando de sua regulamentação.

Sob o protagonismo dos intelectuais goianos, outras universidades efetuaram reformas curriculares, de modo a formar professores aptos à docência e às outras tarefas que

se referem à prática educativa. Este movimento marcou as reformulações curriculares empreendidas local e nacionalmente, e influenciou os rumos que o Curso assumiu nas décadas seguintes.

**Palavras-Chave:** História da educação. Curso de Pedagogia. Formação de professores. Universidade.

## REFERÊNCIAS

BIELSCHOWSKY, R. (org.) **Cinquenta anos de pensamento na CEPAL**. Rio de Janeiro: Record, 2000. V. 1, Tradução de Vera Ribeiro.

BRANDÃO, C. R. (org.) **O Educador: Vida e Morte**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1982. 10ª ed.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular. Educação é a base**. Brasília: MEC, 2015.

COELHO, Ildeu Moreira. Escola e formação de professores. In. \_\_\_\_\_. Org. **Educação, cultura e formação: o olhar da filosofia**, 2009.

\_\_\_\_\_. Exposição de motivos: justificativa da reformulação do Curso de Pedagogia. In. **CCE/UFG. Resolução nº 207/84**. Goiânia, 1983.

GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. A. (orgs.). **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

SAVIANI, D. **História das Ideias Pedagógicas no Brasil**. Campinas, SP: Autores Associados, 2006.

SCHEIBE, L.; DURLI, Z. *Curso de Pedagogia no Brasil: olhando o passado, compreendendo o presente*. **Educação em Foco**, ano 14, n. 17, julho 2011.